

RELATÓRIO ANUAL

Em 31 de Dezembro de 2011

1. INTRODUÇÃO

Terminado mais um exercício, vimos informar os nossos Fundadores sobre as atividades mais relevantes ocorridas em 2011, das quais foi sendo dado conhecimento através dos Relatórios Trimestrais, oportunamente enviados.

Foi mantida a estratégia que vem sendo seguida nos últimos exercícios e que passa pela execução dos projetos da Fundação, procurando-se, em paralelo, e sempre que possível, criar novas iniciativas, bem como apoiar algumas atividades de terceiros, desde que estatutariamente enquadráveis. As limitações financeiras motivadas pela instabilidade dos mercados de capitais foram a principal dificuldade no decurso do exercício.

Relativamente ao Relançamento do Ensino de Artes e Ofícios em Moçambique e correspondendo à vontade expressa pelos mais altos responsáveis moçambicanos tem sido dado continuidade ao apoio a este projeto, que visa a consolidação e expansão do novo modelo curricular e pedagógico aprovado pelo Ministério da Educação de Moçambique / DINET, mantendo-se a cooperação, que se julga exemplar, com o IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, os Ministérios da Educação de Moçambique e Portugal, a Universidade Católica Portuguesa, através do Senhor Prof. Doutor Joaquim Azevedo, Diretor do Centro Regional do Porto, a Fundação Portugal Telecom, a Fundação Calouste Gulbenkian e outras instituições.

Quanto ao projeto Memória de África, prosseguiram as recolhas de registos bibliográficos e de acervos documentais, quer de Instituições com intervenção em África, quer de particulares, procurando-se incrementar a recolha noutros países e noutros Centros de Documentação.

No que toca à publicação do Boletim Observatório de África, de salientar a manutenção da sua edição de forma regular em paralelo com a sua divulgação, em formato digital, no Portal da Fundação Portugal – África.

No domínio do projecto Diáspora Africana, foi possível prosseguir e terminar um dos seus objetivos, concretamente o estudo da Diáspora Guineense em Portugal. Simultaneamente continuaram a ser dados passos no sentido de aprofundar os trabalhos que possam levar ao estudo da Diáspora Angolana e avançar na identificação do perfil da emigração portuguesa em Angola.

No que diz respeito ao Edifício Sede e, em particular, à Biblioteca, prosseguiram e ultimaram-se os trabalhos de receção e organização do acervo bibliográfico oferecido pelo Banco BPI, S.A. Fundador Principal, iniciando-se a recolha de outros espólios que nos foram oferecidos. Contudo, mantém-se indisponível a sua utilização pelos potenciais interessados, face a dificuldades de ordem financeira que condicionam a sua abertura. Espera-se, em paralelo, manter os esforços necessários à renovação do espólio de obras com base na consulta feita junto de especialistas que se ocupam, designadamente, de temas relacionados com a teoria e a política das questões ligadas ao desenvolvimento económico.

Quanto à utilização do Auditório, e com a ausência de um responsável cultural, que se espera colmatar em breve, não tem sido possível a realização de iniciativas da responsabilidade da Fundação Portugal – África, mantendo-se, porém, a utilização para encontros promovidos por outras entidades, que nos solicitaram a sua cedência. Prosseguem diligências no sentido de encontrar soluções que possam dar continuidade ao trabalho já desenvolvido na realização de encontros de natureza cultural, associativa e recreativa com estudantes africanos que se encontram a frequentar estabelecimentos de ensino portugueses.

Em termos financeiros, no exercício de 2011, com a manutenção da instabilidade dos mercados financeiros nacional e internacional, condicionando de forma significativa os resultados da carteira de títulos, foram inevitáveis os reflexos negativos no nível de actividade desenvolvida.

2. Assembleia de Fundadores

Realizou-se, em 28 de Junho de 2011, a Assembleia Geral Ordinária de Fundadores na qual estiveram presentes 41 representantes dos atuais 59 Fundadores, a que correspondeu cerca de 83,69% dos votos totais detidos.

Na execução da Ordem de Trabalhos, para além da aprovação do Relatório e Contas referente ao exercício de 2010, foram ainda discutidas e sugeridas linhas de orientação para o desenvolvimento da actividade futura da Fundação, limitada pelo enquadramento definido pela actual conjuntura dos mercados financeiros internacionais e nacional.

3. Sede definitiva

Em relação ao Centro de Documentação e Informação, prosseguiram os trabalhos de recolha do acervo bibliográfico oferecido pelo Fundador Principal o Banco BPI, S.A., bem como da sua integração no Portal da Fundação Portugal – África, tendo-se iniciado a recolha e tratamento de outros espólios oferecidos à Fundação Portugal - África.

No que diz respeito ao Auditório, continua a sua utilização pelo nosso Fundador Principal, o Banco BPI, S.A., para realização de acções de formação dos seus Quadros tendo, ainda, sido realizadas duas Conferências promovidas por outra entidade.

De salientar a visita, em Novembro, à Sede da Fundação Portugal – África de uma Delegação da República da África do Sul, concretamente a Delegação de Deputados de Kwazulu – Norte.

Esta delegação esteve em Portugal a convite do Consulado Honorário da República da África do Sul, no Porto, tendo visitado o Porto, Guimarães, Coimbra e Lisboa.

4. Actividade desenvolvida

4.1. - Considerações gerais

Como foi referido na introdução do Relatório, a actividade da Fundação Portugal – África em 2011, centrou-se na realização dos projetos de iniciativa própria, procurando-se, dentro das limitações financeiras existentes, apoiar alguns projetos de terceiros, desde que, como foi referido, estatutariamente enquadráveis e de interesse reconhecido para o desenvolvimento da cooperação com África.

4.2 - Projetos em curso da iniciativa da Fundação

a) Projeto “Memória de África”

Face à importância desta base de dados no conhecimento do relacionamento histórico entre Portugal e África, prosseguiu a sua execução em 2011, através da recolha de registos e digitalização de acervos a que se tem tido acesso, sendo de referir que através das consultas havidas e dos contatos registados, poderá concluir-se que o projeto e a base de dados que lhe está associada têm constituído um suporte da pesquisa para um vasto conjunto de investigadores que se interessam pelas questões ligadas à Lusofonia.

De referir que, no final deste exercício, o número de registos era de 330.642 e de páginas digitalizadas de 338.934. Quanto ao número de visitantes durante o ano de 2011 foi de 257.051 que consultaram 1.726.220 páginas.

A base de dados pode ser consultada no endereço www.memoria-africa.ua.pt.

Entretanto, prosseguiram os trabalhos de recolha na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na Fundação Oriente, na Fundação Casa de Macau, no ISCTE e no IICT, tendo, ainda, sido assinado um Protocolo com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., que permitirá a recolha do acervo bibliográfico daquela Instituição de Crédito, com interesse para o projeto.

De referir o apoio financeiro que vem sendo concedido pelo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, à realização do Módulo Oriente.

Esta base de dados promovida pela Fundação Portugal – África, vem sendo desenvolvida com a colaboração do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) / Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA), da Universidade de Aveiro (UA) – Departamento de Eletrónica e Telecomunicações (DETUA) e do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE). Numa primeira fase da sua execução contou, também, com a participação do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT).

b) Reativação das Escolas de Artes e Ofícios em Moçambique

Numa linha de continuidade com o que tem vindo a ser desenvolvido em anos anteriores, prosseguiu o apoio da Fundação Portugal África ao Ministério da Educação de Moçambique com vista à expansão da rede de escolas profissionais no país, procurando responder, deste modo, ao pedido das autoridades educativas moçambicanas no sentido de poderem vir a ter uma escola profissional em cada um dos 128 distritos de Moçambique.

Neste momento estão em funcionamento 38 escolas profissionais encontrando-se mais doze em candidatura e que irão iniciar o seu funcionamento em 2012 e 2013.

Apesar dos conhecidos constrangimentos orçamentais que também afetam o Ministério da Educação de Moçambique e a Direção Nacional do Ensino Técnico - Profissional, todos os objetivos propostos para 2011 foram conseguidos.

O ano de 2011 representou, pois, mais um passo na consolidação de todo o trabalho até agora realizado, conseguindo-se, ainda, iniciar um novo ciclo de intervenções que passa por um processo de geminações de escolas portuguesas e moçambicanas. Este projeto, pioneiro, e sobre o qual recaem muitas expectativas, vai permitir que, com o recurso às novas tecnologias de informação e comunicação se estabeleçam entre as escolas geminadas, (cinco de cada país) programas de interação educativa que muito valorizarão os processos de ensino/aprendizagem.

Do que foi realizado em 2011, destacamos a visita de trabalho que o Professor Doutor Joaquim de Azevedo, Coordenador do projeto das Escolas Profissionais, realizou a Moçambique, tendo participado em duas conferências que proferiu no âmbito de uma série de atividades incluídas nos “Dias da Educação e do Desenvolvimento”, evento organizado por várias entidades entre as quais a Fundação Portugal África, e a sua deslocação à província de Sofala para visitar duas escolas profissionais.

De referir a participação da Fundação Portugal – África no XXIII ENDET – Encontro Nacional dos Diretores das Escolas Técnicas, quer com a presença do nosso Consultor Eng.º José Mingocho de Abreu, quer através de um apoio financeiro para cobertura de custos com a organização do Encontro, onde foi salientada a mais-valia que as Escolas Profissionais trouxeram ao Ensino Técnico Profissional moçambicano, o que foi vincadamente referido pela Vice-Ministra da Educação no ato de encerramento do encontro, salientando o apoio que tem vindo a ser dado pela Fundação Portugal África.

Ainda em 2011, as Escolas profissionais, com um stand temático, estiveram presentes na FACIM – Feira Internacional de Maputo, onde apresentaram algumas práticas oficiais “ao vivo”, e que foi visitado e elogiado pelo Presidente da República de Moçambique.

Em 2011 foi realizada a Avaliação Internacional ao modelo das escolas profissionais, trabalho exaustivo mas com resultados que se preveem muito positivos e que permitirão projetar as escolas profissionais para além do contexto geográfico moçambicano.

No exercício agora terminado deu-se início aos trabalhos de preparação da publicação do livro/álbum “Para Memória Futura – Dez Anos a Acreditar”, cujo lançamento está agendado para Março de 2012, sendo ainda de referir o começo do exercício das funções das Equipas Locais de Implementação e Desenvolvimento das Escolas Profissionais – ELIDEP, quer na apreciação de

dossiês de candidatura a novas escolas profissionais, quer na preparação psicopedagógica de diversos agentes educativos

De salientar, também, as doações às Escolas Profissionais de Moçambique de diverso material oferecido pela Rede de Bibliotecas Escolares e pelo programa KUTIVA, a instalação da biblioteca da Escola Profissional de Inharrime e a preparação técnica ministrada a vários professores bibliotecários, iniciando-se, também, e em paralelo, o processo da instalação de mais uma biblioteca na Escola Profissional de Massinga, bem como a inauguração oficial com a presença do Embaixador de Portugal da Biblioteca da Escola Profissional de S. Francisco de Assis.

Finalmente, uma referência à continuação, junto de nove Escolas Profissionais portuguesas, de ações destinadas a quarenta e quatro alunos moçambicanos tendo em vista a melhoria do seu desenvolvimento profissional, através da realização de estágios em regime de formação em exercício.

Relativamente a estes alunos, e concretamente aos bolseiros do 1º ciclo de formação (2009/2012), procedeu-se à elaboração e posterior aprovação pelas instâncias governamentais moçambicanas, do “Programa de Preparação Psicopedagógica” e ao início da preparação do seu provimento como docentes.

Uma breve referência à conceção do “Manual do Formador ELIDEP” e da “Agenda do Professor das Escolas Profissionais, prevendo-se a sua publicação em 2012, bem como à visita da Presidente do Conselho de Administração do - nosso fundador Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento LAD e da Embaixadora dos Estados Unidos à Escola Profissional de Moamba.

Entretanto, continua disponível na Internet a publicação da “Revista Tecnicando”, podendo ser consultada no Portal da Fundação da Fundação Portugal – África, em www.fportugalafrica.pt na apresentação do projeto “Escolas de Artes e Ofícios em Moçambique”.

Para cofinanciamento deste projeto tem sido possível obter o apoio financeiro, muito significativo, do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, destinado à cobertura parcial das despesas suportadas pela Fundação Portugal – África.

c) Programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida

Prosseguiram os trabalhos de execução deste Programa em cooperação com a Comissão Nacional da Luta Contra a SIDA, com os quais se pretende dar a conhecer às populações dos PALOP, as acções preventivas de Infeção de Transmissão Sexual através de Vírus da Sida da Imunodeficiência Humana afetando o Sistema de Imunodeficiência Adquirida.

d) Observatório geo - estratégico sobre África

Prosseguiu a publicação regular deste Boletim, que tem como principal objetivo fornecer informação sobre a atualidade africana a todos interessados, no domínio político, económico, social e cultural.

A regularidade da publicação, a escolha dos temas, a qualidade da respetiva abordagem têm contribuído para que o Boletim tenha uma visibilidade significativa.

Em paralelo, a sua inserção no Portal da Fundação Portugal – África, no endereço: www.fportugalafrica.pt, tem permitido uma melhor divulgação da publicação. Estão disponíveis os boletins publicados desde 2008.

e) Diáspora Africana

Prosseguiram e terminaram, os trabalhos de execução do módulo “Diáspora guineense em Portugal”.

Como resultado final dos trabalhos realizados, foi publicado o livro com o estudo elaborado, com o título “Arquitetos de um espaço transnacional lusófono – a diáspora guineense em Portugal”, de autoria de Maria João Carreiro.

A opção, em primeiro lugar, pelo módulo guineense teve a ver com o fato de um grupo de investigadores do ISEG ter iniciado, com o apoio do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e em articulação com a Fundação Portugal – África, um trabalho semelhante ao que seria prosseguido pela Fundação relativamente à Diáspora angolana.

Paralelamente a este trabalho a Fundação tem apoiado algumas iniciativas isoladas cujos objetivos se inserem no seu conteúdo programático, como a atribuição seletiva de algumas Bolsas de Estudo, e o apoio a outras iniciativas em curso neste âmbito da iniciativa de outras entidades.

4.3- Novas iniciativas

a) Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes – como membro fundador da Plataforma, a Fundação Portugal – África continua a acompanhar e a participar na atividade que vem sendo desenvolvida, com particular realce para a atribuição dos prémios, “Distinção para as Melhores Práticas”, destinado às Câmaras Municipais, e “Empreendedor Imigrante do Ano”, na realização de várias Conferências e Encontros sobre questões que preocupam os promotores da Plataforma e a publicação de documentos e reflexões sobre o mesmo tema.

b) Observadores Consultivos da CPLP – na qualidade de observador consultivo da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a Fundação Portugal – África continua a acompanhar a atividade daquele Órgão da CPLP, tendo estado presente na V reunião entre o Secretariado Executivo e os Observadores Consultivos que decorreu, em Lisboa, em Junho de 2011.

c) Centro Português de Fundações – a Fundação Portugal – África, na qualidade de membro do Centro Português de Fundações, esteve presente nas Assembleias Gerais que aprovaram o Relatório e Contas do exercício de 2010, e

o Plano de Atividades e Orçamento para 2012, bem como no 8.º Encontro de Fundações da CPLP, realizado em Cascais, em Maio de 2011.

d) Projecto “Mecanismos de Apoio à Elaboração de Candidaturas a Financiamentos Internacionais” – com esta iniciativa, coordenada pela Fundação Calouste Gulbenkian e em colaboração com as Fundações Portugal – África, EDP, Luso Americana para o Desenvolvimento – FLAD e com a cooperação do IPAD e da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, foi criado um Mecanismo de Apoio às ONGD para angariação dos financiamentos internacionais necessários à concretização dos seus projetos de cooperação, no qual a Fundação Portugal – África participa financeiramente e intervém nos seus órgãos de gestão.

e) Encontro com o Diretor do Banco Mundial – a convite do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, a Fundação Portugal – África esteve presente no encontro realizado com o novo Diretor do Banco Mundial para a Europa, Dr. Carlos Braga.

f) IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical – correspondendo a convite formulado, a Fundação Portugal – África está representada no Conselho de Orientação e Unidade de Acompanhamento do IICT, e intervém sistematicamente neste órgão consultivo da Direção do Instituto.

g) Conferência “O Atlântico que nos une” – organizada pelo Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Câmara Municipal de Oeiras e Governo Provincial de Benguela, decorreu em Oeiras, em Junho de 2011.

Correspondendo ao convite formulado, esteve presente o Dr. Helder de Oliveira, na qualidade de Administrador da Fundação Portugal - África, que moderou um dos painéis subordinado ao tema “A banca nas relações económicas entre Portugal e Angola”

4.4- Outros projetos realizados

Sempre que estatutariamente enquadráveis, e condicionado pelas limitações financeiras existentes, foram apoiadas as iniciativas de terceiros, que se enumeram:

4.4.1) Prémio Pluma d'Ouro de Literatura de Língua Portuguesa /SLP/2011 - realização, pela Sociedade da Língua Portuguesa, de um evento cultural no qual se pretendia consagrar doze escritores, um em cada modalidade da literatura de língua portuguesa, sendo três deles lusófonos (um africano, um brasileiro e outro da Galiza).

4.4.2) VI Festival de Música de Maputo – 2011 – organizado pela Associação para o Desenvolvimento Cultural Kulungwana e a Câmara Municipal do Maputo, no qual se realizou uma homenagem a Mestre Malangatana.

4.4.3) Exposição “Os Africanos em Portugal: História e Memória (Séc. XV – XX)”- organizada pelo Comité Português do Projeto UNESCO A Rota do Escravo, em colaboração com a Comissão Nacional da UNESCO – Ministério dos Negócios Estrangeiros, e que vem no seguimento de uma outra que tem vindo a circular em Portugal e no estrangeiro, intitulada “Itinerários da Memória – Escravatura e Tráfico Negreiro em África”.

4.4.4) Guiné – Bissau – criação de processos de orientação profissional – em resultado da informação prestada pelo psicólogo Dr. Severino da Cruz Sampaio relativa ao trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2008, destinado à elaboração de uma bateria de testes, adaptada à realidade da Guiné - Bissau, destinadas à orientação profissional, concluiu-se que se tornava necessário prolongar durante o ano de 2011, a execução da iniciativa.

4.4.5) Ciclo de Conferências “A Guerra Colonial – presenças e regressos” – organizado pela Associação Portuguesa de Escritores e com a presença de diversas personalidades de reconhecido prestígio, abrangendo áreas desde a política à música, passando pela literatura.

4.4.6) XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – organizado pela Universidade do Minho, decorreu em Salvador, Brasil, subordinado ao tema “Diversidades e (Des) Igualdades”.

4.4.7) GAS'África – Grupo de Acção Social em África e Portugal, da Universidade Católica Portuguesa – estudantes universitários portugueses que, em regime de voluntariado, exercem ação social junto de populações carenciadas de África e Portugal, e que em 2011 prosseguiram a sua intervenção em países africanos de língua oficial portuguesa, no âmbito das suas atividades.

4.4.8) Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses “Mundo a Sorrir” – no âmbito da atividade, em regime de voluntariado, e no seguimento do trabalho já desenvolvido em anos anteriores, prosseguiram em 2011, na Guiné – Bissau, o projeto de prestação de cuidados profiláticos e assistenciais, através da promoção, educação e formação de saúde oral.

4.4.9) XXIII Encontro Nacional dos Diretores das Escolas e Institutos Técnicos de Moçambique – organizado pela Direção Nacional da Educação Técnico – Profissional e Vocacional do Ministério da Educação de Moçambique, o encontro teve como objetivo a reflexão sobre os problemas que o sub-sistema de educação técnico – profissional enfrenta nesta fase de crescimento exponencial das escolas profissionais que vêm sendo apoiadas pela Fundação Portugal – África.

4.4.10) Escola de Verão de Física – organizada pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto – Departamento de Física – , decorreu no Verão passado e teve como objectivo proporcionar aos jovens estudantes do ensino secundário (10.º e 11.º anos), com elevado mérito académico, uma vivência muito próxima da investigação científica moderna.

4.4.11) Bolsa de Estudo – renovação de uma bolsa de estudo a uma aluna santomense, concedida em Novembro de 2008, agora para frequência do Mestrado do Curso de Turismo e Gestão de Empresas Turísticas da Universidade Lusófona do Porto.

4.5. Projetos aprovados e parcialmente desembolsados

a) Criação da Universidade Católica de Moçambique

Apoio à criação da Universidade Católica em Moçambique. Do valor global aprovado de € 29.927,87, foram já liquidados € 27.487.

5 - Balanço e Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2011

Apresenta-se em anexo o Balanço e a Demonstração de Resultados que relevam a situação patrimonial em 31 de Dezembro de 2011.

No final do exercício de 2011 o rendimento dos Fundos próprios estava afecto a responsabilidades com projetos aprovados e compromissos já assumidos.

6. Atividades futuras

Em 2012 manter-se-á como prioridade na atividade a desenvolver, a realização dos projetos de iniciativa da Fundação Portugal – África.

Do que se pretende que seja a evolução desses projetos, apresentamos de seguida os aspetos essenciais.

a) Edifício Sede da Fundação

Estão em curso diligências com vista a reiniciar e incrementar as iniciativas a realizar no Auditório, nomeadamente as habituais sessões relacionadas com os Encontros de Estudantes Africanos em Portugal e das comemorações do Dia de África, podendo ser desenvolvidas outras atividades no âmbito do projecto Diáspora Africana, nomeadamente os encontros entre Quadros africanos de formação superior, para que possam discutir os seus problemas e transmitir os seus conhecimentos, proporcionando a este espaço nova animação, no âmbito dos grandes objetivos prosseguidos pela Fundação.

Quanto à disponibilização do acesso à Biblioteca / CDI, embora não seja previsível obter o financiamento por fundos públicos do Projecto Memória de África, que permitiriam a produção e disponibilização de conteúdos e respetivas aplicações em português na Internet, e a contratação de Técnicos documentalistas, que fariam o acolhimento dos utilizadores e procederiam à recolha e tratamento dos acervos documentais de particulares, continuarão, dentro das disponibilidades existentes, os respetivos trabalhos relativos aos espólios já oferecidos.

b) Memória de África

Continuarão os trabalhos de recolha de novas referências bibliográficas tendo em vista a consolidação do Módulo Oriente.

Procurar-se-á, ainda, iniciar a recolha de registos em Timor, nomeadamente de documentos organizados pelo Professor José Mattoso, que ficarão disponíveis na inauguração, que se espera ocorra brevemente, do Museu da Resistência, em Dili.

Relativamente a outros tipos de conteúdos, serão provenientes da recolha de acervos documentais de particulares que sejam doados à Fundação ou nela os depositem, ou permitam o seu tratamento documental. Sobre eles será efetuada a correspondente digitalização que irá proporcionar a sua introdução no ficheiro de conteúdos do Projecto.

c) Reativação do Ensino de Artes e Ofícios em Moçambique

Satisfazendo o desejo das autoridades moçambicanas, a Fundação Portugal – África continuará a sua intervenção no projeto, em colaboração com o IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, dos Ministérios da Educação de Moçambique e Portugal, da Universidade Católica Portuguesa, da Fundação Portugal Telecom, da Fundação Calouste Gulbenkian e outras instituições associadas, ao que possam vir a associar-se a esta iniciativa, em particular na formação de professores, Diretores, aperfeiçoamento de programas curriculares e elaboração de manuais escolares, permitindo a consolidação deste sistema de

ensino em Moçambique, procurando assegurar as condições para que possa vir a funcionar de forma autónoma, gerido pelo Ministério da Educação de Moçambique.

d) Programa de prevenção de ITS's / VIH e Sida

Manter-se-á a execução deste programa, desenvolvendo esforços para reforçar as suas condições de viabilidade, testando a sua utilidade junto dos beneficiários finais, esperando-se que, da execução já efectuada, se possa recolher ensinamentos que possibilitem a sua consolidação junto dos países africanos de expressão portuguesa.

e) Observatório de África

O objetivo prioritário deste projeto continuará a ser a manutenção da publicação regular do Boletim, quer em papel, quer de forma digitalizada, inserida no Portal da Fundação Portugal – África.

f) Diáspora Africana

Prosseguirá o trabalho até aqui realizado, sem deixar de se manter a aproximação e o conhecimento de outras iniciativas que neste domínio estão em curso, nomeadamente a experiência recolhida com a realização no nosso Auditório do “Encontro anual dos estudantes africanos em Portugal “ e ampliar as sinergias que se venham a identificar.

Também, com o contributo de investigadores e professores universitários, manter-se-ão os contactos com vista a incentivar a participação na realização de dois estudos que revestem interesse particular no âmbito da lusofonia: “A diáspora angolana” e “Perfil da diáspora portuguesa em Angola”.

Quanto a outras iniciativas, a Fundação Portugal – África manterá a sua presença como Membro Observador da CPLP, intervirá na atividade da Plataforma de Acolhimento e Integração de Imigrantes, criada no âmbito da Fundação Calouste Gulbenkian e participará nos trabalhos do projeto

“Mecanismos de Apoio à Elaboração de Candidaturas a Financiamentos Internacionais”.

Finalmente o agradecimento aos nossos Fundadores e ao Conselho Fiscal pela disponibilidade e colaboração manifestados no acompanhamento da atividade desenvolvida, assim como ao IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e a outras entidades públicas e privadas que sempre incentivaram a Fundação Portugal – África no cumprimento dos objectivos que se propôs atingir.

PORTO, 30 de Março de 2012

O Conselho de Administração

Mário Soares

Francisco Carvalho Guerra

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo, em
representação de Fundação Belmiro de Azevedo

António Mexia, em representação de EDP -
Eletricidade de Portugal, S.A

Fernando Manuel dos Santos Gomes , em
representação de Petróleos de Portugal -
Petrogal, S.A.

António Vítor Martins Monteiro, em representação do Millennium BCP, S.A.

António José de Castro Guerra, em representação da Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira, em representação da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Zeinal Abedin Mahomed Bava, em representação da Portugal Telecom, S.A.

Rui Fernando da Silva Rio, em representação da Câmara Municipal do Porto

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 de Dezembro 2011	31 de Dezembro 2010
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	5	1 047 718	1 123 381
Activos intangíveis	6	379 492	353 880
Total do activo não corrente		<u>1 427 210</u>	<u>1 477 261</u>
ACTIVO CORRENTE			
Adiantamentos a fornecedores	7	50 434	-
Outras contas a receber		5 974	3 047
Activos financeiros detidos para negociação	8	6 216 403	6 988 722
Diferimentos	9	-	1 277
Caixa e depósitos bancários	4	3 665 408	3 429 241
Total do activo corrente		<u>9 938 219</u>	<u>10 422 287</u>
Total do activo		<u><u>11 365 429</u></u>	<u><u>11 899 548</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Fundo social	10	11 323 200	11 323 200
Outras reservas	10	1 123 306	1 123 306
Resultados transitados		(909 042)	(658 956)
Subsídios ao investimento	10	326 298	340 491
Resultado líquido do exercício		<u>(530 462)</u>	<u>(250 086)</u>
Total do Capital Próprio		<u><u>11 333 300</u></u>	<u><u>11 877 955</u></u>
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		815	980
Estado e outros entes públicos	11	388	1 304
Outras contas a pagar	12	20 040	9 651
Passivos financeiros detidos para negociação	13	10 886	9 658
Total do passivo corrente		<u>32 129</u>	<u>21 593</u>
Total do passivo		<u><u>32 129</u></u>	<u><u>21 593</u></u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>11 365 429</u></u>	<u><u>11 899 548</u></u>

O anexo faz parte integrante deste balanço.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

António Moreira Ferreira

Mário Soares

António Vítor Martins Monteiro

Francisco Carvalho Guerra

António José de Castro Guerra

António Mexia

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo

Zeinal Abedin Mahomed Bava

Fernando Manuel dos Santos Gomes

Rui Fernando da Silva Rio

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 de Dezembro 2011	31 de Dezembro 2010
Subsídios à exploração	14	283 690	203 630
Fornecimentos e serviços externos	15	(101 196)	(102 008)
Subsídios concedidos	16	(441 909)	(337 275)
Gastos com o pessoal		(7 098)	(7 105)
Aumentos / (reduções) de justo valor	8	(190 330)	(56 960)
Outros rendimentos e ganhos	17	89 449	97 326
Outros gastos e perdas	18	(80 127)	(65 760)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(447 521)	(268 152)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(151 460)	(160 851)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(598 981)	(429 003)
Juros e rendimentos similares obtidos	19	68 519	178 917
Resultado antes de impostos		(530 462)	(250 086)
Imposto sobre o rendimento do exercício		-	-
Resultado líquido do exercício		(530 462)	(250 086)

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas.

O Técnico Oficial de Contas

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Mário Soares António Vitor Martins Monteiro

Francisco Carvalho Guerra António José de Castro Guerra

António Mexia Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo Zeinal Abedin Mahomed Bava

Fernando Manuel dos Santos Gomes Rui Fernando da Silva Rio

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010

(Montantes expressos em euros)

Capital próprio							
	Notas	Fundo Social	Outras reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 10)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2011	2	11 323 200	1 123 306	(658 956)	340 491	(250 086)	11 877 955
Resultado integral do exercício	10	-	-	-	-	(530 462)	(530 462)
Aplicação de resultados	10	-	-	(250 086)	-	250 086	-
Reconhecimento de subsídios	10	-	-	-	(14 194)	-	(14 194)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(250 086)</u>	<u>(14 194)</u>	<u>(280 376)</u>	<u>(544 656)</u>
Posição no fim do exercício 2011		<u>11 323 200</u>	<u>1 123 306</u>	<u>(909 042)</u>	<u>326 298</u>	<u>(530 462)</u>	<u>11 333 300</u>

Capital próprio							
	Notas	Fundo Social	Outras reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 10)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2010	2	11 323 200	1 123 306	(878 935)	352 243	219 979	12 139 793
Resultado integral do exercício	10	-	-	-	-	(250 086)	(250 086)
Aplicação de resultados	10	-	-	219 979	-	(219 979)	-
Reconhecimento de subsídios	10	-	-	-	(11 752)	-	(11 752)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>219 979</u>	<u>(11 752)</u>	<u>(470 065)</u>	<u>(261 838)</u>
Posição no fim do exercício 2010		<u>11 323 200</u>	<u>1 123 306</u>	<u>(658 956)</u>	<u>340 491</u>	<u>(250 086)</u>	<u>11 877 955</u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

António Moreira Ferreira

Mário Soares

António Vítor Martins Monteiro

Francisco Carvalho Guerra

António José de Castro Guerra

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

António Mexia

Zeinal Abedin Mahomed Bava

Fernando Manuel dos Santos Gomes

Rui Fernando da Silva Rio

Helder Jacinto de Oliveira

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Montantes expressos em euros)

	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Pagamentos a fornecedores	(125 310)	(90 536)
Pagamentos ao pessoal	(4 856)	(7 251)
Caixa gerada pelas operações	(130 166)	(97 787)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(13 829)	(8 705)
Outros recebimentos / pagamentos (subsídios)	(372 080)	(164 841)
Fluxos das actividades operacionais [1]	(516 075)	(271 333)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(31 352)	
Activos intangíveis	(120 490)	(73 635)
Investimentos	(8 099 656)	(5 447 912)
Outros activos	-	-
	(8 220 146)	(5 521 547)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos	8 624 304	5 620 867
Subsídios ao investimento	283 690	
Juros e rendimentos similares	49 458	155 488
Dividendos	14 937	23 427
	8 972 389	5 799 782
Fluxos das actividades de investimento [2]	752 243	278 235
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos das actividades de financiamento [3]	-	-
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	236 168	6 902
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3 429 240	3 422 338
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3 665 408	3 429 240
O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.	-	
O Técnico Oficial de Contas		
	Mário Soares	António Vítor Martins Monteiro
António Moreira Ferreira	Francisco Carvalho Guerra	António José de Castro Guerra
	Nuno Miguel Teixeira de Azevedo	Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
	António Mexia	Zeinal Abedin Mahomed Bava
	Fernando Manuel dos Santos Gomes	Rui Fernando da Silva Rio
		Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Portugal - África ("Fundação") é uma pessoa colectiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus estatutos e, em tudo o que neles é omissos, pela legislação Portuguesa aplicável.

A Fundação foi constituída em 9 de Janeiro de 1995 e tem como finalidade contribuir para a realização e incremento de acções de carácter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspectiva de progresso e de projecção para o futuro. No âmbito de intervenção da Fundação incluem-se a concessão de subsídios e apoios a projectos relacionados com o fim da Fundação.

Em 22 de Setembro de 1995, a Fundação obteve do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o estatuto de ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, nos termos do disposto na Lei 19/94 de 24 de Maio. Entretanto, face ao disposto na Lei nº 66/98 de 14 de Outubro, foi feito pelo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, o registo da Fundação Portugal África junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconhecendo o seu estatuto de ONGD.

A 2 de Novembro de 2007, a Fundação foi nomeada como observador consultivo da C.P.L.P. – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em Julho de 2009 foi admitida como membro do Centro Português de Fundações.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	1 a 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros activos fixos tangíveis	8

Os activos que integram a rubrica de “Outros activos fixos tangíveis” incluem um montante de 6.285 Euros relativo a património artístico, o qual não é amortizado, por se considerar que o mesmo não se deprecia, nem perde valor.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3- Activos Intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os activos intangíveis incluem essencialmente as despesas de desenvolvimento incorridas no âmbito dos projectos “Memória de África” e “Memória de África e do Oriente” e são amortizados por um período de 10 anos.

3.4- Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

3.5- Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto A – 192/96 – XIII do Ministério dos Negócios estrangeiro e das Finanças datado de 31 de Outubro de 1996, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas relativamente às categorias C, E, F e G.

3.6- Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, e seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7- Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado, e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não sejam objecto de negociação e façam parte da carteira da Fundação.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

Outras contas a receber

Os saldos de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

Outros activos financeiros

Os outros activos financeiros, que incluem, por exemplo, valores de papel comercial são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade; no entanto, dado que se tratam de instrumentos de curto prazo e a especialização do juro corrido é reflectida na linha de Balanço em que estes activos se encontram registados, o seu valor não difere substancialmente do seu justo valor.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os activos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados na rubrica “Aumento / redução de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os activos e passivos financeiros detidos para negociação.

São considerados activos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados activos ou passivos financeiros detidos para negociação.

Os valores identificados no Balanço na rubrica de “Activos financeiros detidos para negociação”, fazem parte de uma carteira, gerida pelo Banco Português de Investimentos (Banco BPI), que tem como objectivo a captação de lucros reais, que a Fundação posteriormente irá aplicar na sua actividade de promoção e valorização dos laços históricos e de civilização entre Portugal e os países africanos, designadamente através da concessão de subsídios.

A Fundação procede à remensuração a justo valor, a cada trimestre, de todos os seus activos e passivos financeiros a Justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

(iii) Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

(iv) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8- Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada trimestre, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um activo financeiro na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação – Derivados”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação – Derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os Instrumentos derivados contratados pela Fundação fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto com o objectivo de gerar lucros reais para a Fundação.

3.9- Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por comparticipação em despesas de projectos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de activos não correntes, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10- Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para actividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como gastos na demonstração dos resultados, na rubrica de “Subsídios concedidos” no exercício em que os mesmos são aprovados pelo Conselho de Administração, independentemente do exercício em que o desembolso venha a ser efectuado e mantidos no balanço, na rubrica de “Outras contas a pagar”, enquanto não forem pagos.

3.11- Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido, na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

3.12 - Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

3.13 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 detalha-se conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Numerário	29	98
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	95.282	47.368
Depósitos a Prazo	3.570.098	3.381.775
	3.665.408	3.429.241
Descobertos bancários	-	-
	3.665.408	3.429.241

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Depósitos a Prazo era constituída por vários depósitos a prazo no Banco BPI, vencendo juros a taxas de mercado e sendo imediatamente mobilizáveis, implicando nessas situações apenas a perda do juro corrido.

O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2011							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial	294.291	1.473.769	346	9.033	17.401	90.101	1.884.940
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	294.291	1.473.769	346	9.033	17.401	90.101	1.884.940
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	655.767	312	9.033	16.990	79.458	761.560
Amortizações do exercício	-	73.688	17	-	351	1.607	75.663
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	729.455	329	9.033	17.341	81.065	837.222
Activos líquidos	294.291	744.314	17	-	60	9.036	1.047.718

2010							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial	294.291	1.473.769	346	9.033	17.401	90.101	1.884.940
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	294.291	1.473.769	346	9.033	17.401	90.101	1.884.940
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	582.078	295	9.033	17.055	73.955	682.415
Amortizações do exercício	-	73.688	17	-	(65)	5.504	79.144
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	655.767	312	9.033	16.990	79.458	761.560
Activos líquidos	294.291	818.002	34	-	411	10.643	1.123.381

6 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o movimento ocorrido no montante dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2011					
	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Activos intangíveis em curso	Total
Activos					
Saldo inicial	813.869	4.797	811	-	819.477
Aquisições	101.409	-	-	-	101.409
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-
Saldo final	915.278	4.797	811	-	920.886
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	460.148	4.637	811	-	465.597
Amortizações do exercício	75.638	160	-	-	75.797
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-
Saldo final	535.786	4.797	811	-	541.394
Activos líquidos	379.492	-	-	-	379.492

2010					
	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Activos intangíveis em curso	Total
Activos					
Saldo inicial	684.201	4.797	811	-	689.809
Aquisições	129.668	-	-	-	129.668
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo final	813.869	4.797	811	-	819.477
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	378.761	4.317	811	-	383.890
Amortizações do exercício	81.387	320	-	-	81.707
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo final	460.148	4.637	811	-	465.597
Activos líquidos	353.721	160	-	-	353.881

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os valores mais significativos em activos intangíveis referem-se ao Projecto “Memória de África e do Oriente”, que se encontra a ser amortizado em 10 anos.

O projecto consiste na ampliação e desenvolvimento de bases de dados disponíveis “On-Line”, com um vasto conjunto de informação sobre vários Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e na recolha de registos bibliográficos sobre a presença de Portugal na Índia, nomeadamente em Goa.

Esta base de dados está a ser desenvolvida pelo CEsa – Centro de Estudos sobre África e pela Universidade de Aveiro. Anualmente é apresentado pelo CEsa um orçamento para as despesas estimadas com o projecto, o qual é sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Fundação.

7 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2011 o montante registado nesta rubrica diz respeito a adiantamentos efectuados pela Fundação, relativos a: (i) uma viatura adquirida para o coordenador do projecto de “Escolas de Artes e Ofícios”, em Moçambique (31.352 Euros); (ii) adiantamento realizado ao CEsa – Centro de Estudos sobre África, associado ao “Projecto Memória de África e do Oriente” (19.082 Euros).

8 ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os activos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são detalhados conforme se segue:

	Valor carteira 2011	Valor carteira 2010
Acções cotadas	254.731	288.161
Obrigações cotadas	3.554.508	4.765.618
	<u>3.809.240</u>	<u>5.053.779</u>
Outros instrumentos financeiros		
Fundos de Investimento	1.668.344	1.589.065
Obrigações do Tesouro	289.377	345.878
Papel comercial	449.443	-
	<u>2.407.163</u>	<u>1.934.943</u>
Total de activos financeiros detidos para negociação	<u>6.216.403</u>	<u>6.988.722</u>

Os activos financeiros acima referidos encontram-se registados a Justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua actualização registados, numa base trimestral, na rubrica da Demonstração dos resultados “Aumentos / reduções” de Justo valor”.

A única excepção à regra acima referida, refere-se ao papel comercial que é registado ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade identificadas. No entanto, dado que este se refere a operações de curto prazo e vence juros a taxas de mercado que são apresentadas na linha de Balanço “Activos financeiros detidos para negociação”, o Conselho de Administração entende que o valor pelo qual

este se encontra registado nas contas da Fundação espelha o seu Justo valor (449.443 euros a 31 de Dezembro de 2011, não existindo Papel comercial na carteira da Fundação a 31 de Dezembro de 2010).

A 31 de Dezembro de 2011 a carteira da Fundação apresentava a seguinte composição:

Acções cotadas	31.12.2011			31.12.2010		
	Quantidade	Última Cotação	Valor do dia	Quantidade	Última Cotação	Valor do dia
EDP-RENOVÁVEIS	3.513	4,73	16.609	3.513	4,34	15.236
GALP ENERGIA	1.573	11,38	17.901	1.573	14,34	22.557
SONAE SGPS	47.276	0,46	21.700	47.276	0,78	36.875
HUARTE LAIN	1.674	19,38	32.442	1.674	22,68	37.958
TELEFONICA	2.190	13,39	29.313	2.190	16,97	37.153
GAS NATURAL SGD	3.017	13,27	40.021	2.913	11,49	33.470
BOLSAS Y MERCADO	1.734	20,80	36.067	1.734	17,83	30.917
BRISA	3.633	2,55	9.246	7.267	5,22	37.926
REPSOL YPF	766	23,74	18.181	-	-	-
FERROVIAL, SA	2.083	9,33	19.424	-	-	-
BBVA	2.070	6,68	13.828	-	-	-
P.TELECOM SGPS	-	-	-	4.304	8,38	36.068
			254.731			288.161

Obrigações cotadas	31.12.2011				31.12.2010			
	Montante	Última	Tx de cupão	Valor no	Montante	Última	Tx de cupão	Valor no
	Nominal	Cotação	Líquida	dia	Nominal	Cotação	Líquida	dia
ALLIA.F.II-6.125	40.000	97,78%	6,13%	40.545	40.000	101,75%	6,13%	42.136
ALPHA G. TV PERP.	35.000	30,00%	4,12%	10.604	35.000	41,55%	3,68%	14.633
ANGLO 4,375%-2016	50.000	106,44%	4,38%	53.391	50.000	103,87%	4,38%	52.108
B-DEUT- 5% 2011	-	-	-	-	77.788	102,16%	5,00%	81.385
BANIF F. TV.2012	90.000	90,50%	1,77%	81.622	90.000	89,43%	1,34%	80.620
BBPI REND MAIS07	265.000	98,50%	2,62%	261.256	265.000	98,50%	2,23%	261.254
BBPI- RF3AN-2011	-	-	-	-	100.000	100,53%	4,20%	100.530
BBPI- RF3AN-2012	-	-	-	-	115.000	100,36%	3,50%	118.958
BBPI-SRT3AN-2012	200.000	VN	4,25%	200.661	200.000	100,58%	4,00%	201.782
BCO FUN-3,25%-12	52.000	94,10%	3,25%	50.028	52.000	95,84%	3,25%	50.934
BCP-3,75%-2011	-	-	-	-	100.000	96,81%	3,75%	98.838
BES FIN TV.02/11	-	-	-	-	100.000	99,61%	1,17%	99.782
BES-TV-2013	100.000	84,50%	2,47%	84.747	100.000	84,89%	2,04%	85.094
BONOS-4.3%-2019	73.000	97,65%	4,30%	71.808	-	-	-	-
BONOS-2,5%-2013	-	-	-	-	110.000	96,21%	2,50%	106.286
BONOS-4,3%-2019	-	-	-	-	73.000	92,78%	4,30%	68.257
BPI - CAP.F-P-SR.C	-	-	-	-	70.000	50,00%	2,60%	35.248
BRISA F-4,797%	-	-	-	-	40.000	101,43%	4,80%	41.077
BRISA C.R-4,797%	40.000	85,00%	4,80%	34.503	-	-	-	-
BRISA F-4,5%-2016	100.000	65,00%	4,50%	65.320	100.000	93,79%	4,50%	94.111
BSCH -ISSUAN 2011	-	-	-	-	81.000	98,50%	1,66%	79.796
BT-CZ-18.03.2011	-	-	-	-	145.850	99,12%	0,00%	144.567
BT-CZ-20.01.2012	135.000	99,62%	-	134.480	-	-	-	-
BUNDES 0.5%-2012	70.000	100,25%	0,50%	70.362	-	-	-	-
BUNDES 5%-2012	195.000	102,51%	5,00%	204.680	195.000	106,40%	5,00%	212.282
BUONI CZ 01.2012	150.000	99,99%	-	149.978	-	-	-	-
BUONI-3,5%-2014	60.000	96,07%	3,50%	57.811	160.000	100,18%	3,50%	160.755
BUONI-4,25%-2019	100.000	86,89%	4,25%	88.295	100.000	97,86%	4,25%	99.266
BUONI-CZ-2012	130.000	98,70%	-	128.310	-	-	-	-
CEMG (CAY) 09-2011	-	-	-	-	100.000	95,71%	1,27%	95.755
CEMG (CAY) 2011	-	-	-	-	50.000	99,64%	1,24%	49.928
CGD-4,625%-2012	100.000	97,00%	4,63%	99.352	100.000	100,00%	4,63%	102.357
CGD-8%-2015	128.000	84,04%	8,00%	110.201	-	-	-	-
CGD-FIN.PERP.	-	-	-	-	160.000	73,22%	2,32%	117.286
CGNU - AVIVA 5.75%	-	-	-	-	40.000	97,17%	5,75%	39.163
CIMPOR F.OP-4,5%	-	-	-	-	170.000	100,38%	4,50%	175.210
CONTINENTE TV.2012	-	-	-	-	45.000	99,39%	2,00%	45.102
CP-4,75%-2019	-	-	-	-	100.000	71,50%	4,17%	72.368
CONT.TV12.2012	45.000	99,92%	2,67%	45.468	-	-	-	-
CP-4,17%-2019	100.000	48,88%	4,17%	49.749	-	-	-	-
CRED.AG.TV.PERP.	70.000	34,00%	3,52%	26.028	70.000	60,50%	3,45%	44.537
EDP FBV.3,25%-2015	100.000	84,00%	3,25%	86.575	100.000	91,92%	3,25%	94.504
ENI SPA-4,125%-19	50.000	99,24%	4,13%	50.216	50.000	100,08%	4,13%	50.641
ESP.S.INV-4,348%	-	-	-	-	70.000	100,94%	4,38%	72.738
EURO UN-2,375%+2017	50.000	100,79%	2,38%	50.719	50.000	96,24%	2,38%	48.446
FRANCE(GOVT)4%-14	70.000	106,74%	4,00%	76.627	70.000	107,84%	4,00%	77.408
FRANCE 4%-2018	40.000	108,66%	4,00%	44.555	40.000	107,14%	4,00%	43.953
GAS NATURAL CAP-4,125%	100.000	93,76%	4,13%	97.578	100.000	90,03%	4,13%	93.853
GE CAPITAL-4,75%-2014	50.000	105,38%	4,75%	53.687	50.000	105,68%	4,75%	53.844
GOLDEMAN TV-2015	50.000	93,99%	-	46.995	50.000	98,18%	0,00%	49.090
IBERDROLA F- 3,5%	50.000	95,95%	3,50%	48.350	50.000	94,82%	3,50%	47.789
ING. VERZ.6/2021	80.000	84,58%	3,27%	67.738	80.000	86,00%	6,25%	71.444
L.B.TSY-NIKK-15	100.000	7,00%	-	7.000	100.000	7,00%	0,00%	7.000
MG-3,25%-2012	50.000	93,62%	3,25%	47.508	50.000	94,29%	3,25%	47.844
N.BK GREEC PERP.	-	-	-	-	50.000	50,00%	2,72%	25.305
NATIONAL WEST. PP	-	-	-	-	41.000	78,00%	3,09%	32.286
NETHERL-GOV.4,25	-	-	-	-	40.000	107,99%	4,25%	43.983
PT INT F-6%-2013	50.000	98,42%	6,00%	51.217	50.000	104,83%	6,00%	54.427
PT INT-4,375%-2017	100.000	71,53%	4,38%	74.896	100.000	94,76%	4,38%	98.141
RED.ELE.FIN-3,5%	100.000	98,99%	3,50%	99.799	100.000	101,83%	3,50%	102.643
REP. DA GRÉCIA-2025	-	-	-	-	70.000	49,37%	2,90%	35.443
SAINT.INTEL.TV.13	50.000	95,40%	3,04%	47.976	50.000	97,14%	2,48%	48.793
SCH- FIN-TV-O.PERP.	61.000	45,25%	2,60%	27.998	61.000	58,00%	2,62%	35.780
SEMAPA 2006/2016	150.000	99,70%	3,13%	150.489	150.000	95,00%	2,57%	143.272
ST ISSUANCES-17	50.000	75,50%	1,67%	37.769	50.000	88,26%	1,27%	44.142
TELEFONICA-4,375%-2016	100.000	98,79%	4,38%	102.765	100.000	101,54%	4,38%	105.518
TEMIS-3,406%-2015	50.000	96,59%	3,41%	49.605	50.000	98,61%	3,41%	50.620
VEOLIA 1,75% -15	40.000	110,56%	1,75%	44.601	40.000	110,94%	1,75%	44.754
ZON 2009-2012	70.000	100,00%	3,91%	70.646	70.000	100,00%	3,34%	70.552
				3.554.508				4.765.618

Fundos de Investimento	31.12.2011			31.12.2010		
	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia
Diversificação						
BPI BRASIL				15.025,06	10,80	162.322
BPI UNIVERSAL	10.070,93	6,437	64.827	16.710,20	7,00	117.022
Tesouraria						
BPI LIQUIDEZ FT	53.715,82	7,10836	381.831	2.293,99	6,98	16.000
NORDDEA-EUR HIGH YLD	3.270,84	20,14	65.875	8.907,14	21,46	191.147
BPI MONETÁRIO FEI	9.749,59	5,12947	50.010	-	-	-
Obrigações						
BPI-OBR A REND A RIS				4.234,31	8,00	33.884
BPI HIGH INC CL.I	19.200,00	6,541	125.587	19.828,85	6,78	134.499
AXA EURO INFLAT BDS	1.646,87	111,8	184.120	-	-	-
MUZINICH EUYID HEDGE	443,99	138,8	61.626	-	-	-
STLIFE GLINF LKD BD	14.658,00	10,74	157.427	-	-	-
Acções						
AL RCM US EQUITY IT	46	1.119,88	39.813	61,00	1.131,63	51.661
BD HECT EAGL US SC	3,727	11.006,75	31.704	-	-	-
BPI ÁFRICA	6.175,93	6,30	38.892	11.175,93	7,88	88.112
BPI AMERICA CLASSE D	18.351,63	4,52	82.988	32.077,56	4,82	154.614
BPI EURO G. CAPITALIZAÇ	6.808,50	9,16	62.364	-	-	-
BPI EUROPA VALOR	-	-	-	2.073,52	19,14	39.683
BPI LUX EUROPA CL I	-	-	-	6.626,08	10,81	71.648
BPI OPPORTUNITY CL.	4.138,09	5,80	24.001	10.246,29	7,03	72.072
FK US EQUITY I CAP	-	-	-	5.354,76	12,63	50.614
JUPITER EUROP GROWTH	1.897,53	16,63	31.556	2.283,38	19,01	43.407
M&G PANEUF	-	-	-	3.301,00	13,27	43.800
MANDARINE VALEUR	7,43	3.281,15	24.372	10,56	4.105,23	43.360
ODEY PANEUROPEAN	149,23	190,55	28.436	245,00	219,74	53.836
ODDO AVENIR EUROPE	0,19	141.600,30	26.621	0,28	169.299,60	47.912
REYL EUROP EQUIT I	149,386	196,54	29.360	67,67	232,25	15.716
SISF US S&M CAP.EQ.C	-	-	-	448,74	159,53	53.575
Alternativos						
BPI STRAT-C-EUR	78,32	1.234,07	96.652	78,32	1.330,20	104.181
Fundos Fechados						
SPDR S&P 500 ETF	618	126,21	60.281	-	-	-
			1.668.344			1.589.065

Obrigações do Tesouro	31.12.2011				31.12.2010			
	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Líquida	Valor no Dia	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Líquida	Valor no Dia
OT-5,45%-9/2013	70.000	85,00%	5,45%	60.532	70.000	101,50%	5,45%	72.085
OT-5%-2002/2012	170.000	97,00%	5,00%	169.522	170.000	87,45%	4,80%	98.173
OT-4,8%-2020	109.000	51,82%	4,80%	59.323	109.000	100,58%	5,00%	175.620
				289.377				345.878

As participações financeiras em Acções geraram rendimentos relacionados com Dividendos distribuídos, no valor de 14.937 Euros (23.427 Euros em 31 de Dezembro de 2010) – Nota 19.

O detalhe do papel comercial detido pela Fundação a 31.12.2011 e registado ao respectivo custo de aquisição acrescido de juros corridos, tal como anteriormente referido, apresenta-se conforme se segue:

Papel Comercial	Valor aplicado	Tx nominal líquida	Data de aplicação	Data de vencimento	Valor no Dia
GALP ENERGIA, SGPS	99.906	4,86%	27.12.2011	03.01.2012	99.960
MOTA ENGIL, SGPS	149.537	3,60%	27.12.2011	27.01.2012	149.597
PORTUGAL TELECOM, SG	200.000	2,63%	23.12.2011	23.01.2012	200.117
	449.443				449.673

A decomposição da rubrica de “Aumentos / reduções” de justo valor” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Ganhos de justo valor em activos financeiros:		
Acções	49.172	59.373
Obrigações	317.853	245.682
Derivados	119.153	65.542
Outros - UP's	80.160	244.687
Perdas de justo valor em activos financeiros:		
Acções	(81.280)	(121.480)
Obrigações	(358.610)	(346.514)
Derivados	(108.622)	(94.544)
Outros - UP's	(208.157)	(109.706)
	(190.330)	(56.960)

9 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 a rubrica do activo corrente “Diferimentos” refere-se a valores de especialização de gastos, não aplicável ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2011.

10 CAPITAL PRÓPRIO

Fundo social

Em 31 de Dezembro de 2011 o capital Fundacional ascende a 11.385.069 Euros, encontrando-se pendente de realizar um montante de 61.869 Euros, valor este que se encontra inscrito na rubrica de Balanço “Fundo Social”.

Composição do Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

Banco BPI, S.A.	5.426.921
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	773.137
Fundação Belmiro de Azevedo	748.197
Banco Comercial Português, S.A.	748.197
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	498.798
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498.798
Cimpor – Cimentos de Portugal, S.A.	498.798
Portugal Telecom, S.A.	498.798
Câmara Municipal do Porto	299.279
Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal	274.339
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	124.699
Itáusa Portugal SGPS, S.A.	124.699
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.	99.760
Tabaqueira, S.A.	99.760
IPE – Investimentos e Participações Empresariais, S.A.	74.819
Estado Português	49.880
Partex, S.A.	49.880
Tertir, S.A.	49.880
Cabelte, S.A.	24.940
Fábricas de Moagem do Marco, S.A.	24.940
Fábrica Têxtil Riopele, S.A.	24.940
Ferbritas – Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	24.940
Quintas & Quintas, S.A.	24.940
RAR – Soc. Controle Holding, S.A.	24.940
Asea Brown Boveri, S.A.	24.940
Sociedade Portuguesa de Acumuladores Tudor, S.A.	24.940
Solidal, S.A.	24.940
Somague, S.A.	24.940
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24.940
Associação Empresarial de Portugal	12.470
Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)	9.976
OGMA – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, S.A.	9.976

Outros (dotações iguais ou inferiores a 5.000 Euros)	139.668

	11.385.069
Fundo subscrito por realizar	(61.869)

	11.323.200
	=====

De acordo com os seus Estatutos, a Fundação poderá ser extinta em qualquer altura por deliberação de Assembleia de Fundadores, tomada por maioria qualificada definida no art.º 17 dos seus Estatutos. Neste caso, o património existente reverterá integralmente a favor do Estado.

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

De acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos.

Subsídios ao Investimento

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo desta rubrica inclui o montante de 249.399 Euros (274.339 Euros em 31 de Dezembro de 2010) correspondente a um subsídio atribuído pela Comissão de Coordenação da Região Norte a título de comparticipação nas obras de construção do novo edifício sede da Fundação. Este subsídio está a ser imputado à demonstração dos resultados em 20 anos, proporcionalmente às depreciações do edifício a que está afecto.

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica inclui, adicionalmente, o montante de 4.988 Euros (9.976 Euros a 31 de Dezembro de 2010) relativo a um subsídio recebido do Instituto de Cooperação Portuguesa destinado a apoiar o projecto “Memória de África II”. Este subsídio está a ser creditado na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos encargos incorridos com aquele projecto.

Por último, fazem ainda parte desta rubrica os montantes de 49.934 Euros e 21.977 Euros (56.176 Euros em 31 de Dezembro de 2010, no caso do primeiro), correspondentes a subsídios concedidos pelo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento para apoiar o projecto “Memória de África -Módulo Oriente”, nos exercícios de 2010 e de 2011, respectivamente.

Do total dos subsídios recebidos foi imputado ao resultado do exercício o valor de 38.611 Euros (36.170 Euros em 31 de Dezembro de 2010 - nota 17).

Desta forma, o movimento ao nível da rubrica do capital próprio da Fundação “Subsídio ao investimento” é de 14.194 Euros em 31 de Dezembro de 2011 (11.752 Euros em 31 de Dezembro de 2010), o que corresponde ao efeito líquido do subsídio atribuído em 2011 e dos respectivos reconhecimentos dos subsídios registados na demonstração de resultados do exercício.

11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” refere-se a valores a pagar associados a Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares e Contribuições para a Segurança Social, relacionados com a colaboradora da Fundação.

12 OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de “Outras contas a pagar” apresenta em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a seguinte composição:

	2011	2010
Subsídios aprovados a pagar em 2012	10.000	-
Remunerações a Liquidar	1.084	1.084
Outras contas a pagar	8.956	8.567
	<u>20.040</u>	<u>9.651</u>

O valor de “Outras contas a pagar” inclui, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o montante de, aproximadamente, 6.000 Euros, correspondente ao último trimestre de 2011 e 2010 da comissão de gestão da carteira, debitada pelo BPI.

13 PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica de “Passivos financeiros detidos para negociação” apresenta a 31 de Dezembro de 2011 um saldo de 10.886 Euros (9.658 Euros em 31 de Dezembro de 2010), o qual corresponde ao justo valor de um derivado cambial (“forward”) sobre o US Dólar (257.061 Dólares), que foi avaliado a justo valor por parte do BPI, através de dados observáveis de mercado.

14 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os rendimentos reconhecidos pela Fundação em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, associados a Subsídios à exploração, são detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Subsídio IPAD - Escola de Artes e Ofícios	280.000	200.000
Outros subsídios	3.690	3.630
	<u>283.690</u>	<u>203.630</u>

O subsídio atribuído pelo IPAD em 2011 diz respeito a um incentivo pago em duas tranches, de 140.000 Euros cada, destinado a financiar parte das despesas incorridas pela Fundação no projecto “Escolas de Artes e Ofícios”, durante o exercício de 2011.

Este projecto é constituído por um conjunto de actividades destinadas à consolidação e expansão do modelo curricular e pedagógico das Escolas Profissionais de Moçambique, tendo sido o protocolo com o IPAD – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento celebrado para o período de 2011 a 2014, no montante total máximo de 1.000.000 Euros, distribuído pelos quatro anos de vigência do mesmo.

15 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Trabalhos especializados	36.618	37.483
Comissão de gestão da carteira	25.357	25.773
Deslocações e estadas	9.305	11.089
Conservação e reparação	3.242	1.986
Comunicação	3.582	4.096
Outros Fornecimentos e serviços externos	21.773	21.581
	<u>99.877</u>	<u>102.008</u>

A rubrica “Trabalhos especializados” inclui, em 31 de Dezembro de 2011, um montante de cerca de 13.400 Euros relativos a serviços de manutenção e 11.070 Euros de honorários para auditoria.

A rubrica “Comissão de gestão da carteira” diz respeito, tal como anteriormente referido, ao montante debitado trimestralmente pelo Banco BPI, pela gestão da carteira de activos financeiros da Fundação.

16 SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

A rubrica de “Subsídios concedidos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Escola de Artes e Ofícios de Moçambique	339.036	245.993
Divulgação de acções preventivas de ITS's, VIH e SIDA	34.500	42.000
Observatório de África	18.860	11.815
Actividades culturais	17.500	-
Subsídios diversos	15.240	21.575
Guiné-Bissau – processos de orientação profissional	5.500	8.257
Bolsas de estudo concedidas	7.215	7.635
Publicação de estudo sobre a Diáspora Guineense	4.059	-
	<u>441.909</u>	<u>337.275</u>

Os subsídios concedidos pela Fundação durante o exercício de 2011 para o projecto “Escola de Artes e Ofícios de Moçambique” incluem um montante de cerca de 126.500 Euros para formação de formadores, 105.600 Euros para bolsas de estudo e 82.000 Euros para a Certificação Internacional do projecto, levada a cabo por avaliadores externos.

17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Subsídios ao investimento (Nota 10)	38.611	36.170
Rendimentos e ganhos em activos financeiros detidos para negociação		
Acções	-	37.370
Obrigações	35.911	11.402
Outros - UP's	14.901	12.373
Outros rendimentos e ganhos	26	11
	<u>89.449</u>	<u>97.326</u>

O valor correspondente a “Subsídios ao investimento”, refere-se ao reconhecimento, no exercício, de parte do subsídio ao investimento recebido para a construção da sede da Fundação e de parte dos subsídios recebidos para apoiar os projectos “Memória de África” (Nota 10).

Os subsídios em causa encontram-se registados na rubrica de Capital Próprio – “Subsídios ao Investimento”.

Os valores correspondentes a Rendimentos e ganhos em activos financeiros detidos para negociação, referem-se às mais-valias obtidas no processo de alienação de activos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os activos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é actualizado a cada trimestre. Por isso, os rendimentos acima reflectem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos activos em causa à data da sua última actualização efectuada previamente à alienação.

18 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Impostos	3.847	4.457
Donativos	5.000	7.885
Gastos e perdas em activos financeiros detidos para negociação		
Acções	1.513	34.559
Obrigações	18.903	6.737
Outros activos financeiros - UP's	44.174	11.266
Outros gastos e perdas	6.690	855
	<u>80.127</u>	<u>65.760</u>

Os valores correspondentes a “Gastos e perdas em activos financeiros detidos para negociação”, referem-se às menos-valias obtidas no processo de alienação de activos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os activos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é actualizado a cada trimestre. Deste modo, os referidos gastos reflectem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos activos em causa à data da sua última actualização, efectuada previamente à alienação.

19 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Juros obtidos		
Obrigações	-	128.836
Depósitos bancários	48.843	18.837
Papel comercial	4.738	-
Dividendos recebidos (Nota 8)	14.937	23.427
Outros	-	7.817
	<u>68.519</u>	<u>178.917</u>

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2011, os rendimentos provenientes de juros obtidos em obrigações foram registados em resultado operacional, juntamente com o impacto do justo valor dos instrumentos financeiros respectivos.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

1. No âmbito das suas competências constantes da alínea a) do artigo 16.º dos estatutos, vem o Conselho Fiscal submeter a V.ªs. Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Fundação Portugal África referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
2. No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a actividade da Fundação, através dos contactos que regularmente manteve com o Conselho de Administração a quem agradece a colaboração que lhe foi prestada.
3. Efectuou as verificações julgadas oportunas e adequadas à actividade desenvolvida, acompanhou e analisou trimestralmente a evolução da situação financeira da Fundação, a concessão de subsídios e apoios a projectos relacionados com os fins estatutários, tendo obtido do Conselho de Administração os esclarecimentos e informações que entendeu solicitar.
4. Analisou o Balanço e o correspondente Anexo que, em sua opinião, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados em 31 de Dezembro de 2011.
5. Tomou conhecimento do relatório de auditoria externa às Contas da Fundação Portugal África, elaborado pela empresa Deloitte & Associados SROC, S.A, no qual é emitido parecer favorável, sem reservas, com o qual concordam.
6. O Relatório do Conselho de Administração descreve, com o necessário detalhe, as actividades desenvolvidas pela Fundação no ano de 2011.
7. O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo às Demonstrações Financeiras, da responsabilidade do Conselho de Administração, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor no exercício de 2011.
8. A Fundação adoptou, no presente exercício, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) gerais por considerar que proporcionam uma base de informação mais detalhada embora pudesse, por opção, adoptar a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo “ (NCRF-ESNL)
9. Não teve conhecimento de qualquer situação contrária aos estatutos e preceitos legais aplicáveis.
10. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de

Parecer

que a Assembleia de Fundadores da Fundação Portugal África aprove:

- O Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
- A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- Um voto de louvor aos membros do Conselho de Administração, pela competência e dedicação, com que exerceram as suas funções no presente exercício.

Porto, 16 de Abril de 2012

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Ângelo Ludgero Marques

Vogal: Maria Helena Dias Duarte

Vogal: Maria de Fátima Borges da Fonseca

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Portugal - África ("Fundação" - uma pessoa colectiva de direito privado com fins de utilidade pública – Nota Introdutória) as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 que evidencia um total de 11.365.429 Euros e capitais próprios de 11.333.300 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 530.462 Euros, as Demonstrações dos Resultados, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Fundação a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação e o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

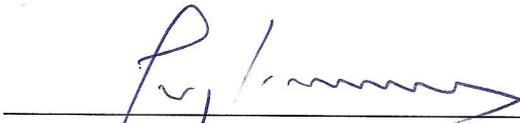
Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação Portugal - África em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Porto, 30 de Março de 2012


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

FUNDAÇÃO PORTUGAL - ÁFRICA

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Que ao resultado líquido negativo apurado no exercício, no montante de € 530.461,74 (quinhentos e trinta mil quatrocentos e sessenta e um euros e setenta e quatro cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: € - 530.461,74

TOTAL: € - 530.461,74